

O espaço de batalha urbicida na cidade do Rio de Janeiro¹**The urbicide battlespace in Rio de Janeiro city**

Márcio José Mendonça

Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

marcoriei@hotmail.com

Resumo

O artigo operando, metodologicamente, pelos conceitos de espaço de batalha e urbicídio mostra que o espectro urbano de militarização da cidade do Rio de Janeiro, não pode mais ser concebido numa concepção “tradicional” de superfície, seja esta zonal ou em rede, mas deve ser inteligível como um todo, isto é, como um volume, levando em conta seus múltiplos rearranjos espaciais e novas formas de desapropriação violenta, que caracterizam o urbicídio e evidenciam a configuração da cidade, se não no todo, pelo menos de certas áreas, espacialmente segregadas, em espaços de batalha complexos. O Rio de Janeiro ilustra, justamente, esse cenário complexo de sobreposição de escalas e reorganização dos territórios, associando representações e ações, no espaço e territórios, que questionam a abordagem da noção horizontal da geografia, da cartografia clássica. Para elucidar essas mudanças territoriais propomos um modelo espacial de compreensão da atual dinâmica de militarização da cidade, em perspectiva tridimensional, construído de maneira intuitiva, que se revela original e questionador das formas tradicionais de conceber o espaço como território em disputa por diferentes grupos.

Palavras-chave: Militarização, Guerra Urbana, Espaço de Batalha, Urbicídio, Rio de Janeiro.

Abstract

The article operating, methodologically, by the concepts of battle space and urbicide shows that the urban spectrum of militarization in the city of Rio de Janeiro, can no longer be conceived in a “traditional” surface conception, be it zonal or networked, but must to be intelligible as a whole, that is, as a volume, taking into account its multiple spatial rearrangements and new forms of violent expropriation, which characterize urbicide and show the city's configuration, if not in all, at least in certain areas, spatially segregated, in complex battle spaces. Rio de Janeiro illustrates, precisely, this complex scenario of overlapping scales and reorganization of territories, associating representations and actions, in space and territories, which question the approach of the horizontal notion of geography, of classic cartography. To elucidate these territorial changes, we propose a spatial model for understanding the current militarization dynamics of the city, in a three-dimensional perspective, built in an intuitive way, which proves to be original and questioning the traditional ways of conceiving space as a territory in dispute by different groups.

Keywords: Militarization, Urban War, Battlespace Urbicide, Rio de Janeiro.

¹ Pesquisa financiada pela agência de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Introdução

Nos dias atuais, a mudança paradigmática que, de certa forma, reformula o pensamento militar contemporâneo, retroalimenta, frequentemente, o conceito de guerra em espaços comuns e privados das cidades, bem como a infraestrutura que sustenta a vida na cidade. O conceito de guerra urbana na atualidade, assim, não concebe somente tropas regulares como alvos, mas também os próprios cidadãos, em especial os pobres, concebidos como alvos ou inimigos, dos interesses corporativos e das elites capitalistas que governam o mundo globalizado. Para isso, mesmo em sociedades que vivem sob a égide do regime democrático, não é incomum o uso de táticas e engenharias militares para reprimir e conter movimentos emancipatórios e/ou revoltas de populares, empobrecidos pelo avanço do sistema neoliberal nas últimas décadas. Esse tipo de guerra não convencional contra a população e, particularmente, contra os segmentos mais empobrecidos dela, origina-se de concepções do urbanismo militar². Tal doutrina oferece um método de guerra indireta, produzindo um novo espectro militar do modo que serão os combates urbanos do futuro, na cidade, contra as massas, especialmente contra populações precarizadas e trabalhadores de modo geral.

Assim descrito, Graham (2011) identifica o modo operante de militarização da questão urbana, que orienta uma condição perpétua de guerra contra agentes classificados como ameaças, que, na gerência do Estado burguês, são travadas contra as drogas, contra o terrorismo, contra o crime e, em sentido mais amplo, contra toda situação de insegurança, o que inclui, neste caso, movimentos insurgentes, entre eles, mobilizações de classe, como a dos trabalhadores. Para Graham, a violência política e militar está de volta nas cidades e se baseia numa doutrina de dominação oriunda do período colonial, que está ressurgindo no período pós-colonial de guerras contemporâneas travadas no hemisfério Sul, sendo estas, agora, adotadas nas cidades dos países capitalistas e hegemônicos do Norte, como modelos de

² A palavra, dependendo do contexto, possui diferentes significados. Podendo ter várias noções de urbanismo, por exemplo. Sobre o nexo de uso e associação entre a palavra “urbanismo” e o termo “militar”, é preciso destacar que urbanismo consiste no saber e técnica de organização e racionalização das aglomerações urbanas, que permitem criar condições adequadas às populações que vivem na cidade. Seu significado também pode remeter ao modo de vida característico das cidades. Urbanismo militar se refere à questão do ponto de vista militar do próprio urbano. Por isso, vai muito além do conceito de urbanismo, puro e simples, sendo mais condizente com a ideia de urbano militar, organização e presença de equipamentos militares incorporadas ao ambiente urbano. Em contrapartida a essa expressão, empregada por Graham, adotaremos o termo *militarização da questão urbana*, mais usual na literatura brasileira e menos ambíguo.

segurança³. Este desenvolvimento leva-nos ao debate da militarização do espaço urbano, a partir de suas diversas facetas, que encontram na cidade o seu palco de ação manifesta na repressão não só de grupos armados, mas civis, tão logo, da vida urbana (ver GRAHAM, 2011). É nesse aspecto, que o problema da militarização do espaço urbano é discutido a partir da articulação conceitual da constituição da cidade enquanto espaço de batalha (ver, em especial, GRAHAM, 2011; WEIZMAN, 2002; 2004; 2012), onde exércitos e grupos paramilitares lutam, frequentemente, em meio ao espaço cotidiano da vida urbana e onde, por essas ações de conflito militar, na cidade, a destruição do espaço urbano incorre na emergência de práticas que podem ser definidas como urbicidas (ver, em especial, COWARD, 2004; 2009), quando o alvo de ataques não são restritos aos equipamentos militares, detendo-se ao meio urbano como um todo.

A cidade como espaço de batalha e a questão do urbicídio

No Brasil, a problemática do “urbanismo militar”, ou, como preferimos da “questão da militarização urbana”, não compete, contudo, ao mesmo significado que Graham (2011) emprega no contexto internacional. Lembra Souza (2016), no prefácio do livro de Graham, na versão em português, que a perspectiva do Norte global, de países capitalistas hegemônicos, como Estados Unidos, Inglaterra, França ou do peculiar caso de Israel, traz como problema fundamental aquilo que o Estado e os capitais privados protagonizam em meio à chamada “guerra ao terror”, em contraste com a realidade brasileira, em que o combate centra-se na criminalidade violenta ordinária. Assim, no primeiro caso, a expressão dimensiona, fundamentalmente, o contexto das fronteiras nacionais, combate a grupos terroristas e controle de minorias, por motivos étnicos e xenófobos. No Brasil, a militarização

³ Graham utiliza os termos “Norte global” e “Sul global” para distinguir cidades de países capitalistas “desenvolvidos” de cidades de países capitalistas “atrasados” ou “menos avançados”. O mais correto, a nosso ver, seria diferenciar e estabelecer uma correlação com o nível de desenvolvimento capitalista e o quadro de urbanização que dê conta da mediação entre os que dominam e os que são dominados, ao mesmo tempo em que se faça menção às tipologias de urbanização. Para uma análise mais apurada dos processos de urbanização e suas tipologias, recomenda-se a leitura de Souza (2006). Nessa obra, referindo-se ainda mais especificamente ao “desenvolvimento urbano”, o autor fornece uma visão suficientemente ampla do desenvolvimento urbano que julga autêntico e que abarca uma verdadeira mudança social positiva em seu sentido, não restrita ao emprego de noções simplistas de desenvolvimento econômico ou social, muitas vezes submetidos às concepções de crescimento econômico e de modernização tecnológica, que não necessariamente são equânimes com a transformação das relações sociais e do espaço para os mais pobres e subalternos. Como destaca, as perspectivas “desenvolvimentistas”, por seu modo, não são capazes de identificar as disparidades sociais; igualmente, são incapazes de fazer jus à crítica tão necessária de ausência de justiça social e muito menos capazes de dar uma resposta à complexidade que a presente questão invoca nas cidades brasileiras.

da questão urbana envolve sentimentos difusos e, cada vez mais, eivados de medo e insegurança, reverberados e retroalimentados pela mídia e pelo sistema político-eleitoral, cujo foco é a repressão interna contra o próprio povo, de fundo racista, em que heranças do período escravocrata são incorporadas num contexto de exploração de classe e racismo estrutural.

É bem verdade que preocupações fora da órbita da política de segurança pública brasileira, com o terrorismo têm ganhado terreno no contexto nacional. Isso reflete um cenário de sucessivas tentativas de setores políticos e jurídicos conservadores de tipificar o crime de terrorismo no ordenamento jurídico brasileiro, usando megaeventos esportivos, a exemplo da Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, como pretexto para conferir caráter de ilegalidade a movimentos populares de emancipação e mobilizações trabalhistas.

No contexto brasileiro, o problema da militarização do espaço urbano centra-se na questão de combate ao “tráfico de drogas”, numa conjuntura política e social confusa e híbrida, cujos atores sociais jogam, muitas vezes, de acordo com seus interesses, em mais de um “time”. Envolvem, fundamentalmente, a ação repressora do Estado e a ação de grupos criminosos armados com domínio de território⁴ ligados direta ou indiretamente ao Estado, como é o caso das chamadas milícias. Grupos de traficantes de drogas ilícitas territorializados em espaços segregados operam, por sua vez, em litígio contra o Estado, situação em que são reprimidos pelas forças do aparelho estatal e pela própria milícia⁵. No entanto, esses mesmos grupos que disputam territórios e estão em constante conflito podem agir em consórcio, tendo no suborno sua principal moeda de troca. Com isso, a relação entre esses grupos, embora de conflito, também pode ser de cumplicidade e/ou tolerância, tendo em vista o jogo político e seus interesses.

Sendo assim, o enfoque da análise do artigo problematiza a questão da militarização do espaço urbano, a partir do cenário de “guerra urbana” de baixa intensidade, no Rio de Janeiro, já que, na cidade, não se verificam conflitos militares movidos por grandes

⁴ *Grupos criminosos armados com domínio de território* é um termo empregado por Souza e Silva *et al.* (2008) para se referir à ação de grupos armados que exercem controle territorial. Esses grupos normalmente possuem acessos privilegiados à infraestrutura urbana e aos serviços urbanos, concebidos como fontes de recursos, para exercer o controle territorial e extrair dividendos da exploração sobre o espaço e sobre as pessoas que aí residem. Entre eles destacam-se grupos de traficantes de drogas ilícitas e grupos milicianos. Daqui em diante, no texto, iremos abreviar o uso do termo apenas como grupos criminosos armados ou, até mesmo, grupos armados, somente.

⁵ No contexto do Rio de Janeiro *milícia* é um termo utilizado para designar, sobretudo a partir da década de 2000, a atuação de organizações criminosas armadas operantes em comunidades urbanas de baixa renda, como favelas, bairros populares e conjuntos habitacionais. Tais grupos são formados preferencialmente por policiais, bombeiros, vigilantes, agentes penitenciários e militares das Forças Armadas, fora do serviço ou na ativa, que contam (muitas vezes) com respaldo de políticos e de lideranças comunitárias.

operações militares e de grande intensidade, mas conflitos difusos e, ainda que frequentes, espacialmente localizados e momentâneos, não incorrendo em destruições amplas e massivas do espaço urbano, como ocorrem normalmente, em conflitos regulares entre tropas convencionais. O conflito de ordem militar, no Rio de Janeiro, é aquele caracterizado pelo combate entre traficantes de drogas de varejo, grupos milicianos e agentes militares do Estado, que ocorre dentro de um complexo e confuso cenário, em que há mediações sociais e culturais que reverberam sobre a amplitude de repressão expandida aos moradores de espaços segregados, numa situação de conflito intestino ao cotidiano da cidade, com ação de grupos armados “independentes”, com domínio de território nos espaços segregados de muitas favelas e bairros periféricos.

A partir daí avalia-se que a teoria de Graham precisa, novamente, de uma “correção” para incluir o contexto brasileiro e o latino-americano. O que Graham, dialogando com Foucault, equaciona como “efeito bumerangue”, que se dá quando os governos de países centrais empregam técnicas de controle social desenvolvidas, testadas e aperfeiçoadas em suas antigas colônias, no ambiente doméstico, ocorre agora, também, no caso de potências regionais como o Brasil. Disso decorre, por exemplo, a conexão Rio de Janeiro-Porto Príncipe, quando o Brasil, chefiando a missão de “paz” da ONU, no Haiti, aproveitou para treinar suas tropas em terreno urbano semelhante ao das favelas brasileiras, visando utilizá-las, depois, no cenário doméstico.

É, em tal contexto, que Graham (2011) observa que o cenário de guerras travadas em “espaços comuns” ou “ordinários” – salas de estar, escolas e supermercados, isto é, em qualquer lugar, o que inclui ruas ou a esquina mais próxima – são inerentes à própria vida cotidiana em muitas cidades. Essa realidade adquire uma feição similar a dos brasileiros, especialmente nas favelas e periferias urbanas do Rio de Janeiro, onde o combate é sempre travado em meio à vida e no espaço cotidiano, entre becos e vielas. Esse cenário de violência política e conflito de baixa intensidade é analisado como objeto de investigação do artigo, tendo como área de estudo a cidade do Rio de Janeiro, sob a ótica dos mais recentes estudos que enfocam a militarização do espectro urbano. Nessa perspectiva, considera-se que o espaço urbano tem ganhado conteúdo e significado militar como espaço de batalha, a partir de um manifesto processo de militarização, que entremeia parâmetros de exclusão urbana e social expressos não somente por condicionantes econômicos e culturais, mas também pelo militarismo.

Entretanto, não se trata, em nosso viés, de enfatizar que a cidade é um lugar violento *a priori*, mas de compreender o processo de militarização da cidade, engendrado pelo urbanismo, que se utiliza de concepções de guerra para garantir o controle sobre o substrato urbano e sobre a população que ali vive. Nesse sentido, é imprescindível compreender os efeitos que tecnologias políticas⁶, de uso militar e controle sócio-espacial, provocam na cidade quando incorporados à arquitetura urbana.

Nesse tipo de análise, diferentes pesquisadores na área do urbanismo, na de geografia e na de estudos militares têm argumentado que as guerras futuras serão travadas, sem muitas exceções, no espaço urbano. A cidade, então, passaria a ser pensada, também, nessa lógica, como um espaço de conflito, considerando todo o seu espaço construído. Assim, um ambiente urbano extremamente complexo, que apresenta inúmeras ruas e vielas, túneis, áreas verticalizadas etc., tenderia a ser cada vez mais tomado como campo de batalha em perspectiva tridimensional a partir da lógica da volumetria política.

Tal aspecto destaca, entre outras coisas, uma noção geopolítica da cidade, que não considera o espaço urbano uma superfície a partir da noção clássica da cartografia, em que temos a distribuição de objetos num plano horizontal. O espaço, mais do que isso, é concebido, dessa forma, como um *volume político*⁷, constituído por horizontalidade e verticalidade que se inter cruzam, criando um holograma territorial que pode ser subdivido em estratos ou camadas espaciais. Haveria, assim, diferentes níveis de camadas ou estratos espaciais numa metrópole, por exemplo, que vão do espaço subterrâneo ao espaço aéreo. Essa diferenciação espacial em camadas, seria composta, no nível mais profundo, do *espaço subterrâneo* ou do subsolo, por viadutos, a rede do metrô, além da rede de esgoto e água, e claro, de gás, e de toda infraestrutura de tubos de conexão de energia e internet; num nível intermediário, do *espaço terrestre*, isto é, da superfície urbana ou da planta da cidade, que incluem ruas, avenidas e praças, mas também uma gama muito ampla de estabelecimentos comerciais e redes de serviços, que vão desde supermercados até escolas, normalmente situados na superfície, lugares onde, propriamente, se realiza a vida e se dão a maior parte da trocas sociais, espaço esse por excelência da vida política da cidade, com a realização de atos e manifestações políticas, greves, etc.; a terceira e última camada é aquela da alta

⁶ Entende-se por tecnologia política um conjunto de técnicas aplicadas para controlar o terreno. No âmbito da geografia, uma análise pertinente ao assunto encontra-se no trabalho de Elden (2010).

⁷ *Volume político* é o termo usado por Weizman (2002; 2004; 2012) para fazer menção às estruturas e aos objetos que não apenas dividem o espaço, mas também funcionam como sistemas ópticos de controle a partir de uma matriz militar disposta em volume, ao invés de, no sentido mais convencional, superfície ou área.

verticalidade, do *espaço aéreo* habitado por drones, helicópteros e aviões que sobrevoam diariamente o espaço aéreo de uma metrópole, mas também é o espaço de edifícios de muitos andares, áreas altamente verticalizadas, com inúmeros arranha-céus, de centros comerciais ou onde as classes economicamente mais favorecidas residem em seus apartamentos amplos e confortáveis, longe do nível da vida urbana experimentada nas camadas inferiores, da calçada, bares e terminais rodoviários, muitas vezes barulhentos e um tanto quanto “caóticos”.

Esse modelo de cidade, de grande porte, é considerado, nesse ponto de vista, como um cenário composto por diferentes camadas espaciais, constituído por horizontalidades e verticalidades que expressam um ambiente tridimensional, já que não se trata, mais, de um nível plano, mas de volumes. Neste cenário, as condições de combate de um “face a face” entre tropas regulares, numa concepção de guerra tradicional, disputada em espaços amplos e abertos, são cada vez mais incomuns: os conflitos recentes têm se dado, de forma vertiginosa, em cidades cujo terreno apresenta grande densidade urbana. Conflitos militares que, antes consideravam apenas a superfície urbana, hoje precisam conceber o campo de batalha, de uma metrópole, como espaço profundamente urbanizado, um campo de batalha tridimensional, em outras palavras, que se dá em ruas e vielas, túneis subterrâneos, áreas verticalizadas, etc.

Nessa perspectiva, de estudos urbanos sobre militarização da cidade, o artigo se insere no campo dos recentes estudos em geopolítica vertical. Tais análises mostram a transformação da cidade como um todo, num espaço de batalha complexo, que envolve uma noção volumétrica costumeiramente tomada, em grande medida, como lócus de práticas de terror, com uso de bombardeiros massivos, ataques químicos, destruição de conjuntos habitacionais etc.; práticas destinadas, no fundo, além de vencer o inimigo, a destruir o seu *habitat*, negando-lhe a cidade como substrato de reprodução ou mesmo de esconderijo.

Assim, o que estamos vendo nos conflitos recentes, em diferentes locais, é um processo de destruição da urbanidade da cidade, com o objetivo de negá-la ao inimigo, ou seja, criar uma situação de “genocídio urbano”, o qual diferentes autores têm definido como *urbicídio*, isto é: a negação deliberada ou a simples destruição da urbanidade que propicia a vida na cidade (ver, em especial, COWARD, 2004; 2009).

Martin Coward (2004; 2009), neste raciocínio, contesta, inclusive, algumas afirmações, tal como a de Shaw (2004), de que *urbicídio* compreende uma forma de guerra que não pode ser separada de outras estratégias de aniquilação, como o genocídio, o etnocídio

e o politicídio. Shaw argumenta que as cidades não sofrem sozinhas, pois sua miséria está vinculada à miséria mais ampla de sociedades inteiras; por isso, o urbicídio precisa ser visto como um elemento amplo da guerra genocida travada na cidade. Segundo Coward, a destruição de formas específicas de urbanidade é perfeitamente compreendida como um exemplo de genocídio, como enfatiza Shaw. No entanto, o termo urbicídio implica uma distinção entre violência exercida sobre o ambiente construído e limpeza étnica conduzida por genocídio. Ademais, genocídio compreende práticas de extermínio de nações e grupos étnicos, enquanto urbicídio, embora se baseie numa semelhança lexical-conceitual com genocídio, enfoca, em sua própria razão, a destruição sistemática do ambiente construído, negando, em outras palavras, o acesso à infraestrutura básica da qual depende a vida no espaço urbano e o próprio sentido existencial de vida compartilhada na cidade.

Elegendo, por essa perspectiva, como conceito-chave, a concepção de *espaço de batalha* e *urbicídio*, trabalhados como instrumentos de análise, a linha de investigação do artigo propõe um modelo socioespacial/sócio-espacial⁸ (e territorial) das trajetórias dos grupos em disputa de poder na cidade, em particular, nos espaços segregados, no Rio de Janeiro, como contribuição espacial de compreensão das sinergias e ações e modos operantes na cidade, no que é específico ao problema da militarização do espaço urbano, e da ocorrência de práticas urbicidas e configuração do espaço urbano como espaço de batalha. Esse modelo, como veremos, deve expressar uma concepção de compreensão volumétrica do espaço e a dinâmica espacial do urbicídio, com um enfoque tridimensional. Para tanto, a teoria da militarização da questão urbana apoia-se nos estudos da perspectiva tridimensional do território urbanizado, no qual orientamo-nos, essencialmente, a partir dos estudos de Weizman (2002, 2004, 2012) e sobre os muitos desdobramentos da atividade militar, em ambiente urbano, e, na vida das pessoas na cidade, baseamo-nos, em especial, na discussão de Graham (2004a, 2004b, 2004c, 2004d, 2011) e Coward (2004, 2009).

Outras fontes que trabalham o tema e que dialogam com autores do Norte global, interpelando e levantando pontos de vistas questionadores, a partir do contexto latino-americano, são Souza (2008) e Haesbaert (2014). Esses últimos foram usados com intuito de estabelecer conexões teóricas com os autores estrangeiros. Nossos trabalhos, preliminarmente

⁸ A palavra *socioespacial*, sem hífen, refere-se somente ao espaço social, já a palavra *sócio-espacial*, com hífen, diz respeito às relações sociais e ao espaço de forma simultânea. Essa última abrange a dinâmica de produção do próprio espaço de forma concreta e mais totalizante, enquanto a outra consiste mais numa materialidade que exemplifica o espaço social. Uma breve distinção conceitual dos dois termos é feita por Souza na apresentação do livro de Graham, *Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar* (2016).

desenvolvidos (MENDONÇA, 2017, 2018, 2019a, 2019b), forneceram dado empírico à reflexão, contribuindo, sensivelmente, com a produção do modelo socioespacial/sócio-espacial (e territorial) das trajetórias dos grupos em disputa de poder na cidade do Rio de Janeiro, sendo esse modelo aqui revisto e aperfeiçoado dentro de um ponto de vista mais esquemático e teórico. Aspira-se, com isso, apresentar um panorama geral da forma que a cidade do Rio de Janeiro tem sido configurada como espaço de batalha tridimensional, onde práticas urbicidas incorrem nesse cenário.

O Rio de Janeiro e o espaço de batalha urbicida

No Rio de Janeiro, espaços ditos segregados ou de exclusão, estão sendo configurados como espaços de batalha numa conjuntura que envolve a atuação do Estado e ação de grupos criminosos armados, imbricados em conflitos e disputas por territórios. Tais lugares estão sendo tipificados, tanto materialmente quanto simbolicamente, como situações de conflito permanente, configurando uma “nova” realidade urbana, cujo espaço urbanizado (de bairros segregados e populares) vem sendo redimensionado como um espaço de batalha, já que operações militares ocorrem, cotidianamente, nestes lugares.

Nessa dinâmica, três seriam os atores principais envolvidos: a polícia e o Exército, o braço armado do Estado, que detém o monopólio da violência “legítima” e que consiste na força de repressão do Estado, no combate ao que se chama de política de “guerras às drogas”; a ação de grupos milicianos, originalmente formados por policiais e ex-policiais, que atuam, clandestinamente, preferencialmente no ramo da segurança e oferta/extorsão de serviços, ligados direta ou indiretamente ao aparelho de Estado; e a ação de grupos de traficantes de drogas ilícitas, que atuam na atividade de comércio de entorpecentes, territorializados em favelas e bairros populares.

Esta é a conjuntura a ser considerada, em que operações militares do Estado de incursão em favelas e retomada de territórios, controlados pelo tráfico de drogas de varejo, são frequentemente, aludidas como políticas públicas benéficas sob o discurso da “pacificação”, sem levar em conta ou desnudar a violência praticada pelo Estado burguês, imposta aos moradores dessas áreas, como modos operante da violência de classe, com o objetivo de controlá-los e mantê-los longe das áreas mais valorizadas da cidade e dos principais cartões portais do Rio de Janeiro. Também é nesta conjuntura que grupos ilegais,

como a milícia e os traficantes de drogas, vêm se territorializando, organizando novos espaços e expandindo seus domínios. A disputa entre esses atores é o principal fator de configuração do espaço urbano em espaço de batalha, que ocorre mediante o incremento de engenharias urbano-militares, configurando o espaço urbano em perspectiva tridimensional, ao mesmo tempo em que tais ações, associadas à militarização do espaço, são responsáveis pela difusão de práticas urbicidas no Rio de Janeiro.

A militarização do espectro urbano, na ocasião previamente esboçada acima, acaba por ser responsável por agregar ao espaço urbano um conteúdo volumétrico militarizado, uma vez que sua dimensão espacial é perfeitamente inteligível a um complexo tridimensional, composto por edifícios, ruas, becos e todo um conjunto de redes e infraestrutura urbana, que configuram, em sentido tridimensional, as camadas ou estratos espaciais do volume político, dos diferentes grupos atuantes na cidade, de considerável importância geoestratégica, que, dessa forma, estão sendo militarizados. Faz parte do uso do espaço e exercício de controle territorial, nas geoestratégias postas no teatro de operação da cidade, nas disputas e configuração dos territórios, o uso de técnicas de violência, que, se dão, então, pela propagação de violência urbana de natureza urbicida, isto é, violência política usada como forma e meio de controle e exploração ou mesmo de extermínio, visando afetar as condições urbanas que propiciam a vida na cidade daqueles que são considerados inimigos ou que são meramente grupos sociais vulneráveis.

Ocorrendo em espaços complexos, como são as áreas urbanas da cidade do Rio de Janeiro, em especial nos espaços segregados, a configuração do terreno urbano inscreve o espaço de batalha – espaço urbano tridimensional, onde se travam conflitos – numa situação de urbicídio. Fundamentalmente isso ocorre porque a configuração do espaço por disputas territoriais e combate urbano compele a vida na cidade a uma situação de privação de usos e do direito de se apropriar do espaço, efeitos estes que concorrem para a destruição não só de aspectos físicos do substrato espacial ou da infraestrutura urbana, mas do espectro volumétrico do espaço como espaço de segurança essencial à vida. Isso inclui tanto as redes materiais e imateriais quanto toda e qualquer condição urbana de existência na cidade, em sentido simbólico, também, que configura, muito além disso, o volume político, concebido como espaço de segurança tridimensional e espaço vital à existência em ambiente territorial complexo.

Viver na cidade consiste não só em ter acesso à moradia, saúde, educação e exercer o direito de circular, mas também usufruir de todo um conjunto de recursos urbanos, apropriando-se do espaço como meio e dispositivo para a vida em comunidade. O direito à cidade, lembra Lefebvre (2001, p. 117-118, itálicos do autor), “[...] não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como *direito à vida urbana*, transformada, renovada”. O que implica no verdadeiro uso e apropriação da cidade para satisfação das necessidades e ensaios da população, enquanto meio material, cultural e simbólico.

No caso do Rio de Janeiro, embora não haja uma guerra declarada e de alta intensidade, no contexto da política de combate a grupos de traficantes de drogas ilícitas, ocorre que a dinâmica de militarização, da cidade, exprime, em suas políticas, a transfiguração de uma política de segurança pública de combate à população que reside em favelas e bairros populares, vistos, então, como inimigos dos grupos hegemônicos, que estão no controle do aparelho burocrático do Estado. Algo parecido, ocorre, por sua vez, em virtude da ação de grupos criminosos armados, nos espaços segregados, quando populações empobrecidas são vítimas da violência praticada por traficantes de drogas e/ou grupos milicianos. Em outros termos, assistimos a uma forma avançada de negação da cidade aos grupos subalternos, por meios militares. Essa política vem configurando áreas residenciais de populações de baixa renda como espaços de batalha, produzindo um verdadeiro urbicídio, pela violência política dirigida contra grupos específicos e seus espaços urbanos.

Nesse aspecto, o do urbicídio, verificamos no Rio de Janeiro uma ação de espoliação urbana de grupos vulneráveis, pela atividade de grupos armados atuantes na cidade, que exercem controle territorial sobre os recursos e a infraestrutura urbana, essenciais à vida ordinária na cidade. Espoliação entendida, aqui, como ato ou efeito de, por meio de violência ou ação coercitiva, espoliar alguém ou privá-lo do acesso a algo que lhe pertence ou a que tem direito. Logo, consiste numa forma de extorsão cuja ação pauta-se, notoriamente, na cobrança de taxas de uso e acesso a serviços de internet e televisão a cabo, cobrança no ágio dos botijões de gás, venda de loteamentos ilegais, agiotagem e cobrança de “mensalidades”, por domicílio, pela oferta de segurança e de taxas especiais sobre a venda de imóveis e terrenos. Essa atividade de espoliação, embora efetuada principalmente por grupos milicianos, também é praticada por policiais e por grupos de traficantes de drogas ilícitas.

Essas práticas indicam um “novo” mecanismo de acumulação por espoliação, que, além da destruição e pilhagem de uma série de recursos, possuem como função criar novos mecanismos de expropriação de populações de baixa renda. Tais práticas configuram o que denominamos de “urbanização do urbidício”, já que, além da conversão de espaços segregados e de exclusão em espaços de despossessão, configuram uma dinâmica, bem particular, de produção do espaço urbano, associando formas de violência física e simbólica à atividade de construção civil, com grupos armados, em especial a milícia, controlando ou se apropriando de uma série de atividades vinculadas à construção civil e oferta de infraestrutura e serviços urbanos. Dessa forma, a prática de violência política, conduzida por grupos armados ilegais, ou, às vezes, pelo próprio Estado, vem pautando um novo modelo de urbanização em total afronta aos direitos sociais e privados da vida na cidade e em sociedade.

Toda essa conjuntura de intervenção militar, associada à atividade de urbanização, expressa uma arquitetura de controle imposta aos moradores nos espaços segregados. Essa arquitetura pode ser exemplificada na implantação das Unidades da Polícia Pacificadora (UPP), instaladas no Rio de Janeiro, quase sempre nos topos dos morros, que, além de serem estruturas voltadas ao combate ao tráfico de drogas de varejo, mostram-se verdadeiros objetos panópticos⁹ de controle da população que mora na favela. Distribuindo objetos ópticos de vigilância ao longo do gradiente topográfico dos morros ou criando espaços volumétricos, a polícia e, à sua maneira, grupos de traficantes de drogas ilícitas, mas também as milícias, ainda que territorialmente mais difusa, exercem não só o controle territorial de forma estrita, mas estão recriando formas de controle fundadas em volumes em vez de áreas ou simplesmente redes.

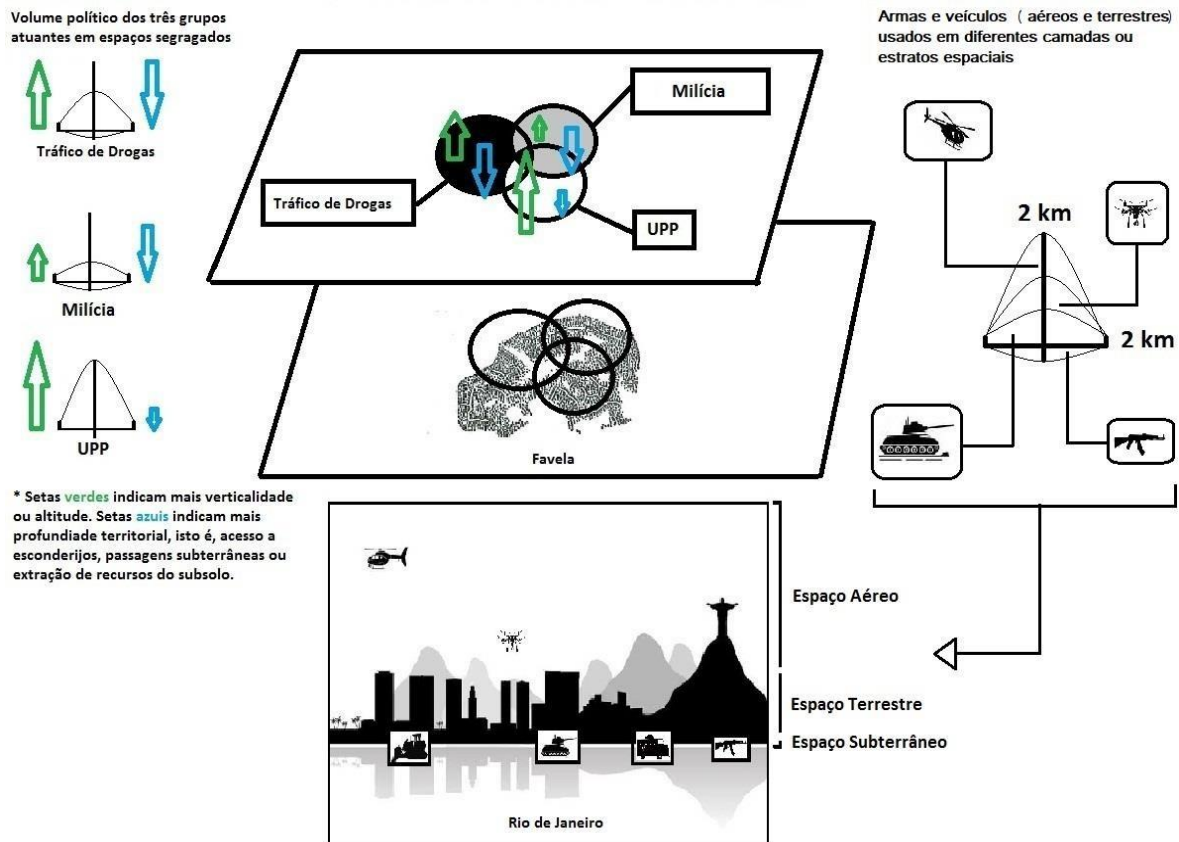
Para ilustrar e representar esta nova realidade sugerimos a elaboração de um modelo espacial cuja ideia é exemplificar, por meio de diferentes esquemas e de diferentes circulações e estratégias adotadas, a forma que o espaço urbano, em espaços segregados,

⁹ O termo panóptico é utilizado para designar uma penitenciária ideal, concebida por Jeremy Bentham, em 1785, que permite, a um único vigilante, observar todos os prisioneiros a partir de uma torre central, sem que estes possam saber se estão ou não sendo observados. Desta premissa, a eficiência do panóptico deriva, justamente, do receio dos detentos de não saberem se estão ou não sendo vigiados, uma vez que a organização das celas distribuídas, no entorno da torre, favorece a visão de quem está oculto em seu interior, não dando a quem está sendo observado a certeza de sua presença. Essa ideia, nos dias de hoje, converge para a concepção de sinóptico, pois, intuitivamente, indica mecanismos de controle que permitem ver um conjunto de uma só vez e com uma dada visão geral do todo. Usando o termo panóptico (mas tendo em mente seu vínculo com a concepção de sinóptico), essa concepção é empregada no artigo como uma extrapolação de seu uso mais comum nas prisões, com o propósito de abranger o contexto de sua difusão, na arquitetura urbana, como estratégia de securitização da vida urbana moderna.

controlados por grupos armados, vem adquirindo um significado espacial que o diferencia da noção mais clássica de área ou rede. Esses modelos denotam os modos de funcionamento desses espaços e territórios, ilustrando e construindo um “modelo” de compreensão da realidade espacial, baseado na concepção volumétrica do espaço.

No modelo que desenvolvemos, em vez de enfatizarmos a dimensão territorial descontínua (em forma de rede) ou, de forma mais restrita, a dimensão contínua do território (em forma de área), destacamos a sobreposição dos diferentes territórios, dando ênfase ao seu componente volumétrico. O modelo evidencia, assim, o conteúdo volumétrico do controle territorial, com base no componente tridimensional do volume político, que se baseia nas perspectivas da horizontalidade e da verticalidade. Estas se inter cruzam, criando um holograma territorial que pode ser subdividido em estratos ou camadas espaciais, tal como o modelo expressa a sobreposição de territórios de grupos de traficantes, de milicianos e da polícia com a territorialização via instalação das UPPs. Dessa forma, o volume político leva em consideração a noção de vigilância e o componente militar no controle do espaço, que configuram diferentes estratos ou camadas, de acordo com o equipamento, veículo ou armamento usado para assegurar o controle do território (ver modelo: Figura 1).

Figura 1. Sobreposição e Perfil Volumétrico dos Três Principais Grupos Operantes em Espaços Segregados no Rio de Janeiro¹⁰



Fonte: Elaborado por Márcio José Mendonça

Sendo assim, o território volumétrico de grupos de traficantes se apoia, preferencialmente, em noções horizontais, isto é, na superfície territorial, mas amplia-se para determinadas profundidades territoriais, ou seja, esconderijos e passagens subterrâneas que existem em favelas e bairros segregados. Numa favela típica do Rio de Janeiro, o controle territorial está baseado na imbricação híbrida entre controle, ora mais zonal, ora mais em rede, a partir do controle territorial dos limites da favela e/ou de becos e vielas, bem como dos circuitos de entrada e saída de droga e armas e, lógico, dos subterfúgios territoriais, que conformam vários tipos de esconderijos. Todavia, é um equívoco achar que o território do tráfico de drogas ilícitas não possui uma dimensão vertical, alegando que traficantes, diferentes da polícia, não dispõem de helicópteros. A topografia acentuada de muitas favelas,

¹⁰ Para mais detalhes, ver a tese do autor: **A cidade como espaço de batalha urbana**, 2019.

onde traficantes estão territorializados, fornece um componente vertical quando o morro urbanizado pela autoconstrução, quase sempre “irregular”, tão comum nas favelas e bairros segregados, do Rio de Janeiro, apresenta um elemento panóptico “praticamente natural”, que ajuda a vigiar o território de cima para baixo. Nesse sentido, vielas e becos estreitos, mas também passagens subterrâneas, associadas ao perfil vertical de favelas como Santa Marta e Rocinha, oferecem condições físicas e urbanas, devido à existência desta estrutura física, para um efetivo controle volumétrico do espaço.

As milícias, por sua vez, também se baseiam, preferencialmente, na perspectiva horizontal, já que estão territorializadas especialmente na Zona Oeste e na Baixada Fluminense, em áreas que não são muito verticalizadas, diferentemente do que ocorre com as favelas verticalizadas do Rio de Janeiro. Embora atuem, certas vezes, diretamente associadas a policiais, ligados às UPPs, as milícias não contam com helicópteros; por isso, sua capacidade de controle vertical é relativamente pequena, sendo muito limitada no espaço aéreo. Todavia, ao confiscar o lençol freático e dele se apropriar para extrair água, o mesmo procedendo com relação ao próprio solo, do qual se serve para extrair barro e areia no uso da atividade de construção civil, o grupo apresenta uma verticalidade, melhor dizendo, profundidade territorial, que atinge não propriamente o espaço aéreo, mas o subsolo, constituindo uma dimensão espacial subterrânea de controle de um território a que nenhum dos outros grupos tem acesso.

No que diz respeito à presença dos policiais em territórios antes dominados por traficantes, as UPPs criaram uma complexidade territorial panóptica, na medida em que estão situadas em territórios-chave da favela, normalmente nos topos de morros, quando se trata de favelas verticalizadas e próximas das principais vias de acesso. Além do controle físico do espaço urbano e dos fluxos das principais vias, obtidos, de certa forma, graças à instalação da base militar e de pontos de checagem, o apoio de helicópteros e drones permite um controle mais efetivo do espaço aéreo. No entanto, este controle não necessariamente anula a dimensão territorial da atividade de grupos de traficantes, que atuam de forma mais dinâmica e elástica, expandindo e encolhendo seu território, de acordo com as sinergias e relações de força. Os policiais exercem, de forma mais efetiva, o controle sobre áreas e vias mais largas, onde a circulação é mais fácil, mesmo quando penetraram em vias mais estreitas, não permanecem aí por muito tempo, tampouco marcam presença nessas vias à noite, dado o risco de uma emboscada.

Essa dinâmica territorial, que reúne pelo menos três componentes ou atores volumétricos, revela a complexidade territorial e evidencia que a existência do volume político nos permite questionar concepções e formas territoriais mais tradicionais, que concebem o espaço como território em disputa dos diferentes grupos que coexistem operando ora mais territorializados, com apoio de um suporte fixo, ora de forma mais elástica, modelando o território a partir de suas sinergias. Ao conceber o território como um volume em vez de uma superfície, cujas dinâmicas territoriais não são apenas fluxos ou fronteiras bem definidas, mas se dão por camadas ou estratos espaciais diferentes, conjugados a um comportamento espacial, no substrato urbano, cujo emprego de armas e de veículos terrestres e/ou aéreos é fundamental para sua compreensão, o volume político permite um entendimento mais amplo e relevante, que não fica restrito à dimensão horizontal da cartografia ou dos modelos mais tradicionais.

Desta forma o modelo territorial do tráfico de drogas, que consiste no controle de uma área vital, de aspecto areolar, amparado no controle das áreas, tem-se esmiuçado numa fragmentada e flexível ordem territorial volumétrica de territórios sobrepostos e complexos, em que a lógica zonal (controle da área) ou reticular (controle da rede) não dá conta de sua compreensão¹¹. Suas fronteiras, marcadas por lugares mais ou menos estáticos, definidos por um equilíbrio através de fronteiras lineares e fixas, têm-se tornado mais instáveis e elásticas. Verdadeiras linhas temporárias móveis, que tanto podem ser ativadas como desativadas e se expandem e se encolhem de acordo com a sinergia do modelo e das forças em interação.

O território da atividade do tráfico de drogas ilícitas pode perfeitamente ser esboçado em rede, no que se refere à organização espacial de seu mercado e como uma base territorial contínua, quando se trata de uma favela territorializada por uma organização do tráfico de drogas. Contudo, a sobreposição de territórios volumétricos de grupos de traficantes e grupos milicianos e, por conta da territorialização da polícia via a instalação das UPPs, nos espaços segregados, criou diferentes circuitos que coexistem e agregam mais complexidade volumétrica, já que não se trata só do controle de áreas ou redes, mas de assegurar o controle do volume do espaço, ou seja, das camadas ou estratos espaciais, também. O modelo espacial idealizado por Souza (2009) mostra justamente essas duas formas de organização territorial: uma em rede, cujo território é descontínuo, e uma em área, cujo território é contínuo. A esse

¹¹ Para mais detalhes sobre as concepções de território-zonal e de território-rede, ver Souza (2009) e Haesbaert (2007).

modelo, propomos acrescentar novas complexidades para melhor compreender sua dimensão espacial, com um modelo que ilustra a sobreposição e perfil volumétrico dos principais agentes operantes em espaços segregados no Rio de Janeiro.

Considerações Finais

A partir do problema da militarização da questão urbana, constatamos que a configuração dos espaços, ditos segregados e de exclusão, estão inseridos numa dinâmica de reorganização do território no qual se têm agregado um componente volumétrico ao espaço urbano, pelo incremento de táticas de combate, que operam no substrato urbano adotando mecanismos territoriais elásticos e flexíveis. Essa mesma perspectiva de combate e controle territorial expõe o uso de novas tecnologias e formas de apropriação do espaço urbano, na perspectiva da geopolítica vertical, que incluem confisco de infraestrutura e recursos urbanos disponíveis na cidade.

Da interface espacial de militarização do espaço urbano, identificando seus principais agentes, suas formas de comportamento no espaço e usos que fazem do território, o artigo atendeu o propósito de elaborar um modelo de interpretação socioespacial/sócio-espacial (e territorial) das trajetórias dos grupos em disputa na cidade, em particular, nos espaços segregados, demonstrando, assim, suas táticas e formas de organização do território e uma leitura ampliada de compreensão do território e suas dinâmicas, a partir dos grupos estudados. Com isso, fomos capazes de identificar a especificidade do processo de inserção da cidade do Rio de Janeiro, no cenário mais geral de militarização e configuração do espaço de batalha, a partir da verificação de práticas urbicidas, baseadas em mecanismos de acumulação por espoliação. Tais ações, além da destruição e pilhagem, características do urbicídio, têm desenvolvido formas de expropriação de populações de baixa renda que se dão pela apropriação ilegal da infraestrutura urbana e de uma série de usos e recursos disponíveis na cidade.

É nesse sentido que o conceito de urbicídio contribui para identificar formas de negação de acesso à cidade, a partir da violência política instrumentalizada no espaço urbano, cujo uso militar é uma característica essencial. No Brasil, em particular no Rio de Janeiro, o urbicídio assume um comportamento híbrido associando destruição urbana e produção do espaço geográfico, efetuadas pelo próprio Estado e por grupos armados associados ou não ao

poder público, que operam pela espoliação e configuração de uma economia-política do espaço urbano. Denominarmos este mecanismo de “urbanização do urbicídio”, ou seja, uma forma de operacionalização da atividade urbicida, de cunho exploratório e espoliativo, que participa da produção do espaço urbano, gerando economias políticas predatórias, que organizam um nicho de mercadorias e serviços urbanos ilegais.

Esta prática caracteriza uma forma de conversão de espaços segregados e de exclusão em espaços de despossessão, que não são guiados pela doutrina neoliberal (“clássica”) de privatização e liberalização do mercado, mas, do contrário, um mecanismo de expropriação de terras e recursos urbanos, sem nenhuma regra aparente. Assim, não verificamos a destruição completa da urbanidade que sustenta a vida em áreas de conflito no Rio de Janeiro, mas, por outro modo, formas de violência policial e ação de grupos criminosos armados, que atuam desenvolvendo práticas de controle e uso do território visando fins econômicos e políticos.

O artigo permitiu demonstrar o cenário complexo de sobreposição de escalas e reorganização dos territórios, associando representações e ações no espaço e territórios que questionam a abordagem da noção horizontal da geografia, da cartografia clássica. O uso que grupos armados fazem do espaço urbano, a partir de uma lógica territorial flexível que requer ao invés do controle zonal e/ou reticular fixo e estático dos limites e de suas redes, mas o controle de volumes flexíveis, revela uma territorialidade expressa por uma concepção elástica, operando por camadas ou estratos espaciais que vão do subsolo ao espaço aéreo, dando um conteúdo volumétrico ao território. Sob esta ótica vimos, ainda, a sobreposição de diferentes lógicas territoriais (das UPPS, dos grupos de milicianos e dos grupos de traficantes), nos espaços segregados, que conflitam entre si, mas que também coexistem conforme criam e reorganizam seus territórios.

Para elucidar essas mudanças territoriais, o modelo apresentado foi construído de maneira intuitiva, revelando-se original e questionador das formas tradicionais de conceber o espaço como território em disputa por diferentes grupos. Com alguma limitação, já que o modelo é sempre uma forma de representação imperfeita da realidade, o esquema gerado permite não só destacar o componente volumétrico do espaço, mas mostrar também que os usos de diferentes agentes estão sempre reconfigurando e moldando o espaço territorial. Perceber o espaço como substrato instável e em constante modificação, em vez de estático e

fixo, possibilita melhor compreensão das dinâmicas territoriais que hoje vigoram no espaço urbano do Rio de Janeiro, cujo palco urbano não é mais uma superfície, mas um todo.

Referências bibliográficas

COWARD, Martin. Urbicide in Bosnia. In: GRAHAM, Stephen (Org.). *Cities, war and terrorism: towards an urban geopolitics*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2004, p. 154-171.

_____. *Urbicide: the politics of urban destruction*. Nova York: Routledge, 2009.

ELDEN, Stuart. Land, terrain, territory. *Progress in Human Geography*, v. 34, p.799-817, abril. 2010.

GRAHAM, Stephen. Cities as strategic sites: places annihilation and urban geopolitics In: _____(Org.). *Cities, war and terrorism: towards an urban geopolitics*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2004a. p. 31-53.

GRAHAM, Stephen. *Cities under siege: the new military urbanism*. Londres: Verso, 2011.

_____. Constructing urbicide by bulldozer in the occupied territories. In:_____. *Cities, war and terrorism: towards an urban geopolitics*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2004b. p. 192-213.

_____. Introduction: cities, warfare, and states of emergency. In:_____. *Cities, war and terrorism: towards an urban geopolitics*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2004c. p. 1-25.

_____. Vertical geopolitics: Baghdad and after. *Antipode: a radical journal of geography*, v. 36, p. 12-23, 2004d.

HAESBAERT, Rogério *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. *Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

MENDONÇA, Márcio José. A cidade como espaço de batalha: de Gaza ao Rio de Janeiro. *Geosp – Espaço e Tempo*, v. 21, n. 3, p. 685-702, 2017.

_____. *A cidade como espaço de batalha urbicida*. 2019. 309 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019a.

_____. Geografia do policiamento aéreo nas metrópoles brasileiras. *GeoTextos*, v. 15, n. 1, p. 89-111, 2019b.

_____. Militarização volumétrica no Rio de Janeiro: entre o tráfico de drogas e o policiamento. *GEOgraphia*, v. 20, n. 44, p. 71-83, 2018.

SHAW, Martin. New wars of the city: relationship of “urbicide” and “genocide”. In: GRAHAM, Stephen (Org.). *Cities, war and terrorism: towards an urban geopolitics*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2004, p. 141-153.

SOUZA e SILVA, Jailson de; FERNANDES, Fernando; BRAGA, Raquel. Grupos criminosos armados com domínio de território: reflexões sobre a territorialidade do crime na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: Justiça Global. *Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008, p. 16-24.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. Cidade e militarização, de “norte” a “sul”. In: GRAHAM, Stephen. *Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar*. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo C. da Costa; CASTRO, Iná Elias de (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p. 77-116.

WEIZMAN, Eyal. *Hollow land: Israel’s architecture of occupation*. Nova York: Verso, 2012.

_____. Strategic points, flexible lines, tense surfaces, and political volumes: Ariel Sharon and the geometry of occupation. In: GRAHAM, Stephen (Org.). *Cities, war and terrorism: towards an urban geopolitics*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2004. p. 172-191.

_____. The politics of verticality. 2002. Texto de 11 partes disponibilizado entre 23 de abril e 01 de maio de 2002. In: *Open Democracy*. Disponível em: <http://www.opendemocracy.net/ecology-politics/verticality/article_801.jsp>. Acesso em: 26 de mar. 2014.

ERRATA

- No artigo *Análise das alterações antropogeomorfológicas na Bacia do Rio Cabeça (SP) a partir do uso de geoindicadores*, de autoria de Melina de Melo Silva e Cenira Maria Lupinacci, publicado na revista Geografias, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No artigo *O espaço de batalha urbicida na cidade do Rio de Janeiro*, de autoria de Márcio José Mendonça, publicado na revista Geografias, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No artigo *A percepção ambiental enquanto ferramenta para pensar o meio no ensino de geografia*, de autoria de Aldeíze Bonifácio da Silva, Marcela Albino do Nascimento e Maria Francisca Jesus Lírio Ramalho, publicado na revista Geografias, v. 17, n. 1, e no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No artigo *Ensino-aprendizagem do saber religião em Geografia*, de autoria de Diego Salomão Candido de Oliveira Salvador e Roseane Richele de Medeiros, publicado na revista Geografias, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No artigo *Técnicas de sensoriamento remoto para análise temporal do espelho d’água da Lagoa Grande na cidade de Sete Lagoas – MG*, de autoria de Fernanda Mara Coelho Pizani, Max Paulo Rocha Pereira, Matheus Miranda da Silva e Marcos Antônio Timbó Elmiro, publicado na revista Geografias, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No artigo *Geografia, escalas e a lua: do geocentrismo à ontologia*, de autoria de Jahan Lopes, publicado na revista Geografias, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No artigo *A favor da metrópole, contra a metrópole: uma perspectiva lefebvriana da contrarrevolução urbana*, de autoria de Renan dos Santos Sampaio, publicado na revista *Geografias*, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No documento *Apresentação do dossiê de traduções: Neil Smith e a história da Geografia anglo-saxã*, de autoria de João Alves de Souza Neto, Paulo Roberto de Albuquerque Bomfim e Larissa Alves de Lira, publicado na revista *Geografias*, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No artigo *Neil Smith, 1954-2012. Geografia Radical, Geógrafo Marxista, Geógrafo Revolucionário*, de autoria de Paulo Bomfim; Clarissa Cavalcante e Rosana de Campos Fernandes, publicado na revista *Geografias*, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No artigo *“Guerra Acadêmica no Campo da Geografia”: A Eliminação da Geografia em Harvard, 1947-1951*, de autoria de Fernando José Coscioni, publicado na revista *Geografias*, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No artigo *O novo mundo de Bowman e o Conselho de Relações Exteriores*, de autoria de Carlos Geraldino, publicado na revista *Geografias*, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No artigo *Geografia como museu: história privada e idealismo conservador em The Nature of Geography*, de autoria de Larissa Alves de Lira, publicado na revista *Geografias*, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No artigo *Por uma História da Geografia: Resposta aos Comentários*, de autoria de Rafael Augusto Andrade Gomes, publicado na revista *Geografias*, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No artigo *A geografia neocrítica, ou o mundo plano e pluralista da classe executiva*, de autoria de Breno Viotto Pedrosa, publicado na revista *Geografias*, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No artigo *A diversão da cultura a política da geografia cultural*, de autoria de João Souza, publicado na revista *Geografias*, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas: Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”